



LUCIO DE CARVALHO LEMOS

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROJETOS POLÍTICO-
PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS DE CAMPO BELO-MG**

**LAVRAS-MG
2024**

LUCIO DE CARVALHO LEMOS

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DAS
ESCOLAS DE CAMPO BELO-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Ambiental área de concentração em Educação Científica e Ambiental para obtenção do título de Mestre.

Prof. Dr. Márcio Magalhães da Silva
Orientador

**LAVRAS-MG
2024**

**Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Geração de Ficha Catalográfica da Biblioteca
Universitária da UFLA, com dados informados pelo(a) próprio(a) autor(a).**

Lemos, Lucio de Carvalho.

A educação ambiental nos projetos político-pedagógicos das
escolas de Campo Belo/MG / Lucio de Carvalho Lemos. - 2024.
51 p.

Orientador(a): Márcio Magalhães Silva.

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de
Lavras, 2024.

Bibliografia.

1. Meio ambiente. 2. Educação ambiental. 3. Educação. I. Silva,
Márcio Magalhães. II. Título

LUCIO DE CARVALHO LEMOS

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NOS PROJETOS POLÍTICO-
PEDAGÓGICOS DAS ESCOLAS DE CAMPO BELO-MG**

**ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE POLITICAL-
PEDAGOGICAL PROJECTS OF COUNTRY SCHOOLS IN CAMPO
BELO-MG**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Lavras, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação em Educação Científica e Ambiental área de concentração em Educação Científica e Ambiental para obtenção do título de Mestre.

APROVADO em 29 de outubro de 2024

Prof. Dr. Márcio Magalhães da Silva – UFLA

Profa.Dra. Larissa Figueiredo Salmen Seixlack Bulhões – UFLA

Prof. Dra. Bruna Carvalho – UNESP

Professor Dr. Márcio Magalhães da Silva
Orientador

**LAVRAS-MG
2024**

AGRADECIMENTOS

Á Deus por toda força para caminhar, a Universidade Federal de Lavras MG pela oportunidade de realizar um sonho de cursar um mestrado, ao meu orientador Marcio Magalhães Silva por toda paciência, aos meus professores do PPGECA e os meus colegas e amigos e sem dúvida nenhuma a minha família na pessoa da minha esposa pelo apoio total nesta jornada.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os projetos político-pedagógicos das escolas estaduais de Campo Belo/MG visando identificar as concepções de educação ambiental presentes nesses documentos. Além disso, essa investigação pretende identificar os obstáculos existentes para a implementação da educação ambiental nas escolas e oferecer subsídios teóricos e didáticos para implementar práticas de educação ambiental escolar sob uma perspectiva crítica emancipadora. Através da educação ambiental crítica que busca a mudança de pensamento e não somente de atividades práticas, como trilhas ecológicas, visitas a áreas protegidas ou projetos de recuperação de habitats, os participantes são expostos diretamente à realidade dos ecossistemas e à necessidade de sua preservação. Além disso, a educação ambiental crítica também visa incentivar a mudança de comportamento em relação aos recursos naturais e às práticas insustentáveis. A Educação Ambiental Crítica apresenta uma visão de mundo em que o social não está separado do ambiental e as escolhas individuais não se dissociam da história e das normas sociais. Essa investigação será feita por meio de uma análise documental nos planos políticos pedagógicos das escolas de campo belo MG , com o objetivo de identificar como a educação ambiental aparece dentro deste importante documento norteador das escolas neste município, e ainda os obstáculos existentes para a sua implementação na escola, e analisar, com base na literatura científica da área, as concepções e práticas identificadas, oferecendo subsídios teóricos e didáticos para dentro dos planos pedagógicos orientara prática de Educação Ambiental escolar crítica.

Palavras- Chave: educação ambiental; meio ambiente; educação.

ABSTRACT

This study aims to analyze the political-pedagogical projects of state schools in Campo Belo/MG, aiming to identify the concepts of environmental education present in these documents. In addition, this research aims to identify the obstacles that exist for the implementation of environmental education in schools and to offer theoretical and didactic support for implementing environmental education practices in schools from a critical and emancipatory perspective. Through critical environmental education that seeks to change thinking and not only practical activities, such as ecological trails, visits to protected areas or habitat recovery projects, participants are directly exposed to the reality of ecosystems and the need for their preservation. In addition, critical environmental education also aims to encourage behavior change in relation to natural resources and unsustainable practices. Critical Environmental Education presents a worldview in which the social is not separated from the environmental and individual choices are not dissociated from history and social norms. This investigation will be carried out through a documentary analysis in the political pedagogical plans of schools in Campo Belo MG, with the objective of identifying how environmental education appears within this important guiding document of schools in this municipality, and also the obstacles that exist for its implementation in the school, and analyzing, based on the scientific literature in the area, the conceptions and practices identified, offering theoretical and didactic subsidies within the pedagogical plans to guide the practice of critical school Environmental Education.

Keywords: environmental; education; environmen; education.

INDICADORES DE IMPACTO

Os impactos sociais, tecnológicos, econômicos e culturais da dissertação com o título educação ambiental nos projetos políticos pedagógicos da cidade de Campo Belo MG ficou dentro da área da educação da política nacional de extensão sendo também social e cultural. Como a educação ambiental está integrada nos projetos pedagógicos das escolas de Campo Belo/MG e quais são os desafios e limitações encontrados, trabalhando com 7 escolas vários estudantes e profissionais da educação entre eles professores, especialistas e diretores das escolas estaduais da cidade de Campo Belo a inserção da Educação Ambiental crítica nos projetos políticos pedagógicos promove uma abordagem interdisciplinar, enriquecendo o conteúdo curricular ao incorporar aspectos relacionados à preservação do meio ambiente em diversas disciplinas. Dessa forma, os alunos são estimulados a compreender as interconexões entre as temáticas ambientais e os diferentes campos do conhecimento, fomentando uma visão contra hegemônica e crítica do mundo que os cerca.

Além disso, a adequação dos projetos políticos pedagógicos às diretrizes curriculares de Educação Ambiental, tanto locais quanto nacionais, reforça o compromisso das escolas em formar cidadãos conscientes e responsáveis. A inclusão de temas ambientais não apenas atende às exigências educacionais contemporâneas, mas também prepara os estudantes para enfrentar desafios globais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais estimulada a pensamentos críticos e reflexivos sobre o meio ambiente. Buscando ainda uma forma de trabalhar uma práxis dos projetos políticos pedagógicos, ela impacta no combate à desinformação de um âmbito da educação ambiental, diminui a desigualdade, garante o acesso a outros direitos, fortalece a democracia e a cidadania, além de contribuir com informações importantes que também impactam.

A Educação é um direito fundamental que ajuda não só no desenvolvimento de um País, mas também de cada indivíduo. Acreditando que uma Educação de qualidade pode criar uma sociedade cada vez justa e responsável socialmente e ambientalmente. Isso ajuda a melhorar vidas, expandir oportunidades e transformar o mundo de forma positiva.

IMPACT INDICATORS

The social, technological, economic and cultural impacts of the dissertation entitled Environmental Education in the Pedagogical Political Projects of the City of Campo Belo, Minas Gerais, were included in the area of education of the national extension policy, and were also social and cultural. How is environmental education integrated into the pedagogical projects of schools in Campo Belo, Minas Gerais, and what are the challenges and limitations encountered, working with 7 schools, several students, and education professionals, including teachers, specialists, and principals of state schools in the city of Campo Belo. The inclusion of critical Environmental Education in the pedagogical political projects promotes an interdisciplinary approach, enriching the curricular content by incorporating aspects related to environmental preservation in various disciplines. In this way, students are encouraged to understand the interconnections between environmental issues and different fields of knowledge, fostering a counter-hegemonic and critical view of the world around them.

Furthermore, the adaptation of political pedagogical projects to the curricular guidelines for Environmental Education, both local and national, reinforces the commitment of schools to educate conscious and responsible citizens. The inclusion of environmental themes not only meets contemporary educational demands, but also prepares students to face global challenges, contributing to the construction of a society that is more stimulated to think critically and reflectively about the environment. Also seeking a way to work on the practice of political pedagogical projects, it impacts the fight against misinformation in the area of environmental education, reduces inequality, guarantees access to other rights, strengthens democracy and citizenship, in addition to contributing important information that also impacts.

Education is a fundamental right that helps not only in the development of a country, but also of each individual. We believe that quality education can create an increasingly fair and socially and environmentally responsible society. This helps to improve lives, expand opportunities and transform the world in a positive way.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – HISTÓRICO E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL.....	14
1.1 Histórico da educação ambiental no Brasil.....	14
1.2 Pressupostos teóricos da educação ambiental no Brasil.....	18
CAPITULO 2 - A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DE CAMPO BELO/MG.....	31
2.1 Escola A.....	31
2.2 Escola B.....	33
2.3 Escola C.....	37
2.4 Escola D.....	38
2.5 Escola E.....	40
2.6 Escolas F e G.....	42
2.7 Considerações gerais.....	45
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS.....	49

INTRODUÇÃO

De forma introdutória apresento uma trajetória de aproximadamente dezessete anos como professor de Geografia no Estado de Minas Gerais, sendo efetivo desde 2014, após aprovação em concurso público. Apresento-me como profissional com formação acadêmica em Geografia, especialização em inspeção e supervisão escolar, além de possuir um curso técnico em meio ambiente. A motivação que orienta minha atuação docente em prol da educação ambiental emerge da percepção de lacunas na abordagem escolar de questões cruciais, tais como delineadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de 1997:

A principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e aprendizagem de procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação. Gestos de solidariedade, hábitos de higiene pessoal e dos diversos ambientes, participação em pequenas negociações são exemplos de aprendizagem que podem ocorrer na escola. Assim, a grande tarefa da escola é proporcionar um ambiente escolar saudável e coerente com aquilo que ela pretende que seus alunos apreendam, para poder, de fato, contribuir para a formação da identidade como cidadãos conscientes de suas responsabilidades com o meio ambiente e capazes de atitudes de proteção e melhoria em relação a ele (Brasil, 1997, p. 187).

Os PCN, alinhados com a concepção neoliberal de mundo e educação, traz uma visão sobre o meio ambiente que não consegue ser colocada em prática, pois podemos constatar que a abordagem dessas questões muitas vezes se limita a informações e conceitos, sem a devida ênfase em atitudes, valores e procedimentos, o que suscitou meu interesse na área da educação ambiental. A compreensão de que a escola deve ir além da transmissão de conhecimentos, engajando-se na formação de um pensamento crítico, é um desafio que permeia o contexto educacional. A disciplina de Geografia, a qual leciono, está amplamente ligada à questão ambiental. Segundo os PCN de meio ambiente, que cito como sendo uma normativa utilizada na educação, a Geografia, a História e as Ciências Naturais são as tradicionais parceiras para o desenvolvimento dos conteúdos relacionados ao meio ambiente, pela própria natureza dos seus objetos de estudo.

A Geografia tem por objetivo estudar as relações entre o processo histórico na formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza por meio da leitura do lugar, do território, a partir de sua paisagem. Na busca dessa

abordagem relacional, trabalha com diferentes noções espaciais e temporais, bem como com os fenômenos sociais, culturais e naturais característicos de cada paisagem, para permitir uma compreensão processual e dinâmica de sua constituição, para identificar e relacionar aquilo que na paisagem representa as heranças das sucessivas relações no tempo entre a sociedade e a natureza em sua interação (Brasil, 1998, p. 26).

A análise de problemas ambientais envolve questões políticas, históricas, econômicas, ecológicas, geográficas, enfim, envolve processos variados, portanto não seria possível compreendê-los e explicá-los pelo olhar de uma única ciência. De acordo com Enrique Leff (2001, p. 23): “os problemas ambientais são resultado da estrutura social e econômica da sociedade, e requerem uma mudança nos padrões de consumo e produção”.

Assim, ao abordar as questões sociais e temporais no mundo, obrigatoriamente a Geografia aborda o uso dos recursos naturais. A Geografia relaciona o universo, a sociedade e a natureza de modo interligado, fazendo o aluno compreender a relação intrínseca existente entre eles e o condicionamento que um exerce sobre o outro. A Educação Ambiental tem uma grande importância e por isto vem sendo discutida pela geografia, devido à urgente necessidade de uma formação de pessoas críticas e reflexivas sobre as práticas ambientais. Sobre essa questão, Loureiro (2004) elucida que a educação ambiental é o canal educativo pelo qual se pode compreender de forma articulada as esferas ambientais e sociais, problematizar a realidade, buscando raízes da crise civilizatória.

Assim, a pesquisa sobre a educação ambiental nos projetos político-pedagógicos de Campo Belo-MG se justifica pela necessidade de avaliar estes projetos, buscando identificar como os princípios e desafios da educação ambiental são enfrentados na prática educacional local, saindo da forma de escrita fria e indo para a prática. A análise desses projetos na prática permitirá identificar potenciais lacunas e oportunidades de aprimoramento, contribuindo para a efetividade das estratégias pedagógicas.

Sendo assim a pesquisa sobre a educação ambiental nos projetos político-pedagógicos das escolas revela-se como um tema de relevância crescente no contexto educacional contemporâneo. A importância de abordar questões ambientais no âmbito escolar reside na necessidade de mudança de pensamentos sobre as temáticas ambientais levando a uma postura mais crítica que realmente forme cidadãos conscientes e comprometidos com as questões ambientais, contribuindo para a construção de uma sociedade mais responsável ambientalmente.

O projeto político-pedagógico é um documento de fundamental importância no funcionamento escolar, e a Educação Ambiental, que tem como papel principal a sensibilização

do indivíduo aos problemas ambientais, encontra-se nos projetos político-pedagógicos como uma forma de instituir de maneira abrangente e continuada na escola. Libâneo (2004) define o projeto político-pedagógico como o documento que descreve e caracteriza objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a serem desenvolvidos na escola, pois expressa a cultura desta, imbuída de aspectos ideológicos, princípios morais, significações, questões reflexivas e tomada de decisões das pessoas que participam da sua elaboração. Para tanto, é imprescindível que o projeto contemple ações e métodos adequados às necessidades e realidade de seu público-alvo. Veiga (2002, p. 13) complementa, afirmando que

[...] todo projeto pedagógico da escola é, também, um projeto político por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico com os interesses reais e coletivos da população majoritária. É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade [...]. Pedagógico, no sentido de definir as ações educativas e as características necessárias às escolas de cumprirem seus propósitos e sua intencionalidade.

É notório que em Campo Belo, sudoeste de Minas Gerais, marcada por sua diversidade ambiental, apresentam-se desafios específicos e oportunidades singulares no contexto da educação ambiental. Temos ainda que lembrar que os projetos político-pedagógicos devem ser construídos dentro dos aspectos legais. Vemos que com a Constituição Federal de 1988, a educação ambiental passa a ser uma exigência no sistema de ensino brasileiro, e a Lei nº 9.795/99, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), em seu artigo 2º, preconiza que “a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (Brasil, 1999), pois até meados da década de 1990 não havia uma política definida de educação ambiental em termos nacionais (Branco, 2003). Somente no final da década de 1990, já no ano de 1999, é que foi promulgada a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999.

CAPÍTULO 1 – HISTÓRICO E PRESSUPOSTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Veremos a seguir um breve histórico e os pressupostos teóricos necessários para compreender e analisar os projetos político-pedagógicos das escolas de Campo Belo.

1.1 Histórico da educação ambiental no Brasil

Começarei trazendo no contexto mundial que a partir de meados do século XX, os olhares do mundo se voltam para crescimento industrial, para as transformações tecnológicas e para o modo de consumo da humanidade identificando que tal padrão de desenvolvimento seria incompatível com a capacidade de sustentação do planeta. Surgiu então um cenário apropriado onde o ambientalismo ganhou espaço, havendo assim o surgimento de discussões e reflexões quanto ao modo de produção e consumo. Em 1952 uma catástrofe em Londres gerou impactos em nível mundial. Uma fumaça tóxica se espalhou pela cidade, o que causou a morte de 12.000 pessoas e levou outras a desenvolverem doenças respiratórias, resultado da queima em excesso de carvão decorrente do período frio, o que ficou conhecido como *Big Smoke* (O grande nevoeiro). Esse acontecimento resultou na aprovação da Lei do Ar Puro em 1956, a qual objetivou estabelecer limites para emissão de poluentes na atmosfera (Bell; Davis, 2001 *apud* Vormittag *et al.*, 2021).

Na década de 60 houve a publicação da autora Rachel Carson intitulada “Primavera Silenciosa”. O livro tratava da visão reflexiva sobre o uso de agrotóxicos e seus danos para a vida, trazendo uma perspectiva sobre equilíbrio ecológico, fomentando ainda mais o pensamento consciente acerca do uso sustentável e a responsabilidade do ser humano para com a natureza (Soglio; Kubo, 2016).

No ano de 1965, durante a Conferência em Educação da Universidade de Keele, GrãBretanha, foi utilizado pela primeira vez o termo *Environmental Education* (Educação Ambiental). Em 1968 foi fundado o Clube de Roma, que teve como objeto a preocupação com o modelo econômico predador, que era a realidade de diversos países, abrindo um leque de discussão sobre a política desses padrões e seus impactos no meio ambiente. O clube foi criado por Alexander King, um químico, e Aurélio Peccei, um industrial italiano, e assim as

consequências ambientais passaram a ser discutidas dentro dessa relação entre economia e meio ambiente (Silva, 2014; Oliveira *et al.*, 2017).

No ano de 1972, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) promoveria, de 5 a 16 de junho, na Suécia, a “Conferência da ONU sobre o Ambiente Humano”, ou Conferência de Estocolmo, 113 países se reuniram com o objetivo de estabelecer uma visão global e princípios comuns que servissem para a preservação do meio ambiente. A Conferência gerou a “Declaração sobre o Ambiente Humano” e produziu um Plano de Ação Mundial. Outro resultado importante foi a criação do Programa das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Pnuma), que tinha muitos objetivos, dentre os quais monitorar o avanço dos problemas ambientais no mundo. A Conferência ainda reconhecia o desenvolvimento da Educação Ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental. A Conferência ainda gerou uma série de discussões entre os países do Norte e do Sul. Os países desenvolvidos apresentaram propostas de limitação do desenvolvimento econômico para os países subdesenvolvidos. Já os países subdesenvolvidos acusavam os países desenvolvidos de quererem limitar seus programas de desenvolvimento. Cinco anos depois, em 1977, a conferência realizada em Tbilisi definiu a educação ambiental como uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente, por meio de um enfoque interdisciplinar e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.

Já em 1992, o Rio de Janeiro sediou a conferência das nações unidas para o meio ambiente e desenvolvimento que ficou conhecida como Eco 92 ou Rio 92, tendo como principal documento ratificado pelo encontro a agenda 21. Ela colocou no papel uma série de políticas e ações que tinham como eixo o compromisso com a responsabilidade ambiental. Enfocava, basicamente, as mudanças necessárias aos padrões de consumo, a proteção dos recursos naturais e o desenvolvimento de tecnologias capazes de reforçar a gestão ambiental dos países. Além disso, outros importantes tratados foram firmados, como as convenções da Biodiversidade, das Mudanças Climáticas e da Desertificação, a carta da terra, a declaração das florestas. Assim sendo, a educação ambiental deve permitir a compreensão da natureza complexa do meio ambiente e interpretar a interdependência entre os diversos elementos que conforma o ambiente, com vista a utilizar racionalmente os recursos do meio, na satisfação material e espiritual da sociedade, no presente e no futuro.

Na mesma década, em 1996, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) definiu a educação ambiental como um processo de formação e informação, orientada para o

desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental. No final da década, em 1999, foi promulgada a Lei n.º 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, que deveria ser regulamentada após as discussões na Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no CONAMA. Logo em seguida, a Portaria 1.648/99, do MEC, cria o Grupo de Trabalho com representantes de todas as suas Secretarias para discutir a regulamentação da Lei n.º 9.795/99. O MEC então propõe o Programa PCNs em Ação, atendendo às solicitações dos Estados. Meio Ambiente, uns dos temas transversais, começou a ser trabalhado já no ano 2000.

Minini (2000) relatou que a educação ambiental é um processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado.

Já em 2004, com a reestruturação do Ministério da Educação, a Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGEA) foi transferida para a recém criada Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), o que permitiu um maior enraizamento da educação ambiental no MEC e junto às redes estaduais e municipais de ensino, pois a CGEA passou a atuar de forma integrada com as áreas de Diversidade, Educação Escolar Indígena e Educação do Campo, conferindo assim maior visibilidade à Educação Ambiental, destacando sua vocação de transversalidade e mostrando a sua grande relevância. Como afirma Boaventura (2015, p. 78) “A educação ambiental crítica deve ser interdisciplinar e incorporar as perspectivas dos diferentes atores sociais”, buscando a intersecção entre conteúdos de duas ou mais disciplinas, permitindo ao aluno elaborar uma visão mais ampla a respeito dessa temática, e ainda contribuindo com alta preponderância para a educação através de uma postura crítica reflexiva.

A Educação Ambiental em suas diversas possibilidades abre espaços para repensar práticas sociais e ainda refletir sobre o papel do professor que irá mediar este conhecimento e levar a uma compreensão essencial de meio ambiente global e local, sua responsabilidade na solução de problemas e discussão de tema como a igualdade social, respeitando todas as formas de vida, organização social e cultural. Para Feitosa *et al.* (2016, p. 2), “percebe-se uma forte relação do meio ambiente e a educação, que desempenha uma ação mútua, exigindo novos

conhecimentos e práticas de relações sociais que perpassem as questões de “empoderamentos ambientais”.

Segundo Guedes (2006), a educação ambiental permite que os alunos trilhem caminhos que os levem a um mundo mais ético. Pode-se dizer, portanto, que iniciar um estudo sobre a importância da educação ambiental e a prática na sala de aula é fundamental e se faz necessário desde as séries iniciais, para que os alunos conheçam desde cedo o significado de educação ambiental e possam, assim, contribuir.

Considerando toda essa importância da temática ambiental e a visão integrada do mundo, no tempo e no espaço, sobressaem-se as escolas como espaços privilegiados na implementação de atividades que propiciem essa reflexão, pois isso necessita de atividades de sala de aula com uma postura crítica e com ações orientadas em projetos e em processos de participação social e que levem à autoconfiança, a atitudes positivas e ao comprometimento pessoal com a proteção ambiental implementados de modo interdisciplinar. Ressaltando que as gerações que forem assim formadas crescerão dentro de um novo modelo de educação, criando outras visões do que é o planeta Terra (Dias, 2004).

Entretanto, não raramente a escola atua como mantenedora e reprodutora de uma cultura que é predatória ao ambiente, ou se limita a ser somente uma repassadora de informações. Podemos citar o pensamento de Loureiro que diz:

À vista disso, educar é assumir uma postura dialógica, entre sujeitos, para promover a conscientização na relação “eu” e o “outro”, em comunhão, mediante uma prática social reflexiva e crítica que compreende que a ação conscientizadora é mútua e dialética e envolve diferentes saberes, histórias, culturas e identidades para transformação da realidade, das condições de vida e reversão dos problemas de degradação e exploração das demais espécies e da natureza em sua totalidade, rompendo com as adversidades que colocam em risco a liberdade humana (Loureiro, 2004, p. 54).

É por meio do diálogo que será possível mobilizar, organizar e elaborar mecanismos de enfrentamento aos estranhamentos emergidos durante a conjuntura atual, compreendendo que a luta não deverá ser construída com a finalidade de propor ações que venham das obrigações do Estado para com o povo, mas na intenção de articularem reivindicações para que as leis e regulamentações sejam seguidas diante do descaso com as questões socioambientais emergentes.

Dentro da escola deveremos encontrar meios efetivos para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e suas consequências para consigo, para sua própria espécie, para os outros seres vivos e o ambiente. É ainda fundamental que cada aluno

desenvolva as suas potencialidades e adote posturas pessoais e comportamentos sociais construtivos, colaborando para a construção de uma sociedade socialmente justa, em um ambiente saudável, e aprenda que as demais espécies que existem no planeta merecem nosso respeito. Além disso, a manutenção da biodiversidade é fundamental para a nossa sobrevivência. E, principalmente, que é necessário planejar o uso e a ocupação do solo nas áreas urbanas e rurais, considerando que é necessário ter condições dignas de moradia, trabalho, transporte e lazer, áreas destinadas à produção de alimentos e proteção dos recursos naturais.

1.2 Pressupostos teóricos da educação ambiental no Brasil

No Brasil a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) traz no seu artigo 1º o seguinte entendimento de educação ambiental:

Entende-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Brasil, 1999).

A “Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA”, além de tratar a educação ambiental como direito de todos, incumbindo ao poder público e aos vários setores da sociedade a sua promoção, irá apresentar a educação ambiental como sendo componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (Brasil, 1999).

Embora desconhecida para muitos, a Lei da “Política Nacional de Educação Ambiental – PNEA” tornou compulsória a implementação da educação ambiental em todos os níveis e modalidades do ensino formal, reforçando o reconhecimento e a credibilidade do referido instrumento. A PNEA é o instrumento de especialização sobre os processos de educação ambiental, como forma de difundir os nossos direitos e deveres, conforme ressalta Dias (2004).

A Lei nº 9.795/99 também recomenda que o meio ambiente deve ser considerado tema transversal em todos os níveis de ensino e contraindica o uso de uma disciplina de educação ambiental, o que demanda outra ação voltada para a formação de professores, que também é abordado pela lei quando determina, no seu artigo 11, que “A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas”. Tal determinação reflete considerações acerca da complexidade e transdisciplinaridade no trato da

educação ambiental, tema considerado no quarto artigo da lei de educação ambiental. A referida lei, nos artigos 10 e 11, institui a obrigatoriedade da educação ambiental nos diversos níveis de ensino, inclusive no ensino superior e na formação continuada, em cursos de pós-graduação.

Vinte e cinco anos depois da publicação da lei, esse assunto ainda é controverso, levando em consideração a complexidade do que precisa ser feito, o incentivo para o desenvolvimento dessas ações, a necessidade de engajamento de pessoas que podem não ter conhecimento ou interesse em trabalhar com as questões ambientais e o próprio conhecimento da lei pelo corpo docente, quando esses não têm um envolvimento prévio com a área socioambiental, sendo que muitas vezes o tema não aparece nem mesmo nos projetos político-pedagógicos das escolas.

A presença da educação ambiental nos projetos político-pedagógicos das escolas é uma medida essencial para a compreensão e o aprimoramento no seu desenvolvimento. O estudo das concepções adotadas pelas escolas visa identificar as bases teóricas que fundamentam as estratégias pedagógicas dentro dos referidos projetos político-pedagógicos, possibilitando a análise crítica da coerência entre as intenções educacionais e as práticas efetivamente aplicadas. Aliás, a análise das práticas em educação ambiental na escola permite avaliar como os conceitos teóricos são concretizados no cotidiano escolar, evidenciando a eficácia das estratégias pedagógicas.

Leff (2001, p. 123) ressalta que “a prática educativa ambiental busca desenvolver a consciência crítica e a autonomia dos alunos para transformar a sociedade”. Além disso, a compreensão do impacto dessas ações na formação dos estudantes e na conscientização da comunidade escolar contribui para a avaliação do alcance e da relevância das iniciativas implementadas. Destaca-se também importância de produzir conhecimento que possa orientar práticas educacionais na construção de novos projetos político-pedagógicos mais alinhados aos princípios da educação ambiental crítica, promovendo não apenas a transmissão de conhecimentos, mas também o desenvolvimento de pensamentos crítico-reflexivos e com o olhar no social. A análise crítica da educação ambiental nos projetos político-pedagógicos das escolas de Campo Belo/MG oferece, portanto, subsídios fundamentais para o aprimoramento contínuo das estratégias pedagógicas, visando uma educação mais efetiva e comprometida com o meio ambiente.

O referencial teórico adotado para embasar a pesquisa sobre a educação ambiental nos projetos político-pedagógicos de Campo Belo/MG inclui a pedagogia histórico-crítica e autores da educação ambiental crítica. É fundamental a percepção de que, para se atuar conscientemente no campo educacional, é preciso conhecer o modo como se encontra estruturada a sociedade na

qual a prática educativa em questão está inserida. Partindo-se, então, do princípio de que a pedagogia histórico-crítica entende a prática educativa como uma mediação das práticas sociais, temos que colocar em questão o fato de que a sociedade vigente no mundo atual se define pelo domínio do capital. A partir desse domínio formam-se as classes sociais e suas relações contraditórias. Isso é bem explicado por Saviani (2013, p. 26), que afirma “que a educação é um ato político[, o que] significa dizer que a educação não está divorciada das características da sociedade. E, quando a sociedade é dividida em classes cujos interesses são antagônicos, a educação serve a interesses de uma ou de outra das classes fundamentais”.

Dentro desta sociedade dividida em classes, como ficam os projetos políticopedagógicos das escolas e qual o papel da educação ambiental? Serão diferentes quando postos a serviço dos interesses da classe dominante, comparados com uma educação voltada para o interesse dos trabalhadores? Uma das principais características da pedagogia histórico-crítica é que ela se posiciona claramente a favor da classe dominada, ou seja, dos trabalhadores da sociedade capitalista. Como diz Saviani (2013, p. 26), “Daí, seu caráter de pedagogia contra hegemônica inserindo-se na luta pela transformação da sociedade atual”.

Já a educação ambiental, em linhas gerais, é delineada como um campo de conhecimento e prática voltado para a conscientização e a formação de indivíduos capazes de compreender e interagir de maneira crítico-reflexiva com o meio ambiente. A partir daí, diversas abordagens surgem e se instituem nas práticas de educação ambiental nas escolas, as quais são geralmente classificadas como “tradicional” ou “conservacionista”, “pragmática” e “crítica”.

A educação ambiental tradicional ou conservacionista se configura como um modelo educacional que, historicamente, tem como foco principal a conscientização e informação sobre questões ambientais. Segundo Tozoni-Reis (2011, p. 45), a Educação Ambiental Tradicional é definida como “uma abordagem que se concentra na transmissão de informações sobre o meio ambiente, com foco na conservação da natureza e na proteção dos recursos naturais, sem questionar as estruturas sociais e econômicas que levam à degradação ambiental”. De maneira efetiva, ela busca disseminar conhecimentos acerca daquilo que ela chama de desafios enfrentados pelo meio ambiente, destacando a importância da preservação e promovendo atitudes que ela chama de sustentáveis.

A abordagem tradicional da educação ambiental apenas informa o indivíduo sobre a degradação ambiental, a perda de biodiversidade e as mudanças climáticas, como uma tentativa de compreensão das interações complexas entre as atividades humanas e o ecossistema. Esse

modelo diz que educa os indivíduos para que possam adotar comportamentos mais responsáveis em relação ao meio ambiente. Além disso, a educação ambiental tradicional tem sido o modelo que mais aparece nos currículos escolares, abrangendo tanto a educação formal quanto a não formal. Ela busca envolver a comunidade na resolução de problemas locais, estabelecendo parcerias entre diferentes entidades para desenvolver e implementar programas educacionais que sejam pertinentes às realidades específicas das comunidades. Loureiro (ano, página) também afirma que a Educação Ambiental Tradicional “reforça a ideia de que a natureza é um recurso a ser explorado e conservado, sem questionar as relações de poder e dominação que levam à degradação ambiental”.

O principal fundamento da abordagem tradicional é a crença na ideia de o acesso à informação provocará mudanças em comportamentos e hábitos considerados “predatórios” e, assim, criará valores compatíveis com a preservação dos recursos naturais. Desta forma, a perspectiva tradicional da educação ambiental é marcada por sua característica meramente informativa, comportamental e seu enfoque biológico e ecológico nas discussões ambientais, deixando de lado as dimensões econômicas, políticas, culturais e sociais ao discutir a questão ambiental. Ou seja, essa perspectiva valoriza ações e mudanças individuais, sendo incapaz de promover a transformação da sociedade. Por esse motivo, essa perspectiva se mostra incapaz de compreender a complexidade da problemática ambiental, visto que existem interesses de grupos mais fortes social e economicamente que prevalecem sobre essas questões, influenciando na interpretação e nas ações relacionadas aos problemas ambientais. Sendo assim, é possível perceber a importância de superar essa abordagem e acrescentar uma visão crítica à educação ambiental, pois quando ela se limita a “transferência” de conhecimentos e não critica a realidade e as intencionalidades por detrás da crise ambiental, acaba impossibilitando a transformação dessa realidade.

Por sua vez, a educação ambiental pragmática se configura como uma abordagem que prioriza soluções práticas superficiais. Apresenta o foco na ação, na busca de soluções para os problemas ambientais e na proposição de normas a serem seguidas, como explicado por Tozoni-Reis (2011, p. 56): “A Educação Ambiental Pragmática se limita a oferecer soluções superficiais para problemas ambientais, sem abordar as causas estruturais da degradação”. Esse modelo de educação ambiental pode ter suas raízes no ambientalismo pragmático e em concepções tecnicistas de educação. Busca mecanismos que compatibilizem desenvolvimento econômico com manejo sustentável de recursos naturais (desenvolvimento sustentável). A ênfase é na mudança de comportamento individual por meio da quantidade de informações e de normas

ditadas por leis e por projetos governamentais, que são apresentados como soluções prontas. Embora haja o discurso da cidadania e sejam apresentadas questões sociais como parte do debate ambiental, os conflitos oriundos dessa relação ainda não aparecem ou aparecem na forma de um falso consenso (Crespo, 1998).

Loureiro (2013) aponta a existência de um grande bloco hegemônico de tendências que propõem um fazer pedagógico comportamentalista e tecnocrático, no qual entendemos estar incluída essa vertente pragmática. Segundo esse autor, “A EAP não promove uma compreensão crítica dos problemas ambientais, limitando-se a soluções técnicas e pragmáticas” (2013, p. 42).

Ele também afirma que o pragmatismo na Educação Ambiental se caracteriza pelo pressuposto de que a solução dos problemas ambientais vem da tecnologia, deixando de fora a discussão sobre as necessidades de mudança de ordem social e política (Loureiro, 2013, p. 42).

As correntes de educação ambiental conservacionista e pragmática representam duas tendências e dois momentos de uma mesma linhagem de pensamento que foi se ajustando às injunções econômicas e políticas do momento até ganhar uma face modernizada, neoliberal e pragmática que hoje a caracteriza. A pragmática representa uma derivação evolutiva da conservacionista, na medida em que é sua adaptação ao novo contexto social, econômico e tecnológico e que têm em comum a omissão dos processos de desigualdade e injustiça social.

Ambas são comportamentalistas e individualistas, mas a forma conservacionista é uma versão mais ingênua e enviesada de grupos mais ligados às ciências naturais que entendem a crise ambiental e a Educação Ambiental dessa maneira, ora porque não têm uma reflexão sociológica da questão ambiental ora porque entendem que politicamente é melhor não misturar ecologia e política, e neste caso nos referimos a atores ideologicamente interessados em evitar uma perspectiva de conflito no tratamento da questão. Esse conservacionismo precisava se adequar às mudanças tecnológicas e econômicas e às pressões do mercado por mudanças “cosméticas”, dentro da ordem. Isso tudo dentro de um contexto de disputa discursiva no interior do campo que vai delimitando o que é permitido e proibido dizer sobre o assunto, quais atores e discursos são legítimos e quais não são. Assim, o contexto que delimita a vertente pragmática de Educação Ambiental é definido pelo capitalismo de mercado e as mudanças têm de se conformar nesses limites, nunca além disso.

Por fim, a educação ambiental crítica representa uma evolução no paradigma educacional, como afirma o professor Carlos Frederico Loureiro (2019, p. 12), que a define como “uma prática educativa que visa questionar as relações de poder e dominação entre sociedade e natureza”. Essa corrente vem desafiar a mera transmissão de conhecimentos para

promover uma análise reflexiva e engajada nas questões ambientais. Desta forma, almeja-se não apenas a consciência ambiental, mas também a capacidade crítica de questionar estruturas sociais e práticas que contribuem para a degradação ambiental, como afirma Boaventura de Sousa Santos (2015). Segundo esse autor, “A Educação Ambiental Crítica é um instrumento para questionar as relações de poder e dominação que perpetuam a exploração da natureza” (2015, p. 145).

Conforme dito anteriormente, a pedagogia histórico-crítica emerge como um referencial teórico que busca compreender e transformar a realidade, e podemos acrescentar, de acordo com Saviani (2005, p. 45), que “a Pedagogia Histórico-Crítica é uma abordagem que busca entender a educação como um processo histórico e social, e não como uma simples transmissão de conhecimentos”. Sendo assim, ela se articula com a educação ambiental crítica ao propugnar por uma abordagem que não apenas ensine sobre fatos históricos e ambientais, mas que também capacite os estudantes a analisarem criticamente o papel da sociedade na produção e resolução dos problemas ambientais. Conectando essas perspectivas teóricas ao contexto local de Campo Belo/MG, a pesquisa se propõe a conhecer as abordagens da educação ambiental nos projetos político-pedagógicos das escolas locais, com o objetivo de avaliar o impacto que podem exercer na formação dos estudantes em relação à consciência ambiental e à capacidade crítica diante dos desafios ambientais contemporâneos.

A educação ambiental é um campo de estudo e prática educativa que se destina a transcender a mera transmissão de informações sobre questões ambientais, buscando primariamente fomentar atitudes e comportamentos responsáveis em relação à natureza. Dentro desse escopo, a educação ambiental abrange um conjunto de definições e ideias, como promover a conscientização e a compreensão das relações entre os seres humanos e o meio ambiente (Alves; Ferreira, 2020). Seus fundamentos estão ancorados na compreensão de que o meio ambiente não é apenas um cenário passivo, mas um sistema dinâmico no qual a interação humana desempenha papel crucial. Em sua essência, a educação ambiental visa proporcionar uma visão holística, destacando as interconexões entre os componentes ambientais e as atividades humanas. Seu objetivo central é proporcionar uma visão holística, que segundo Dermeval Saviani (2005, p. 78) pode ser traduzida como “uma forma de entender a realidade que valoriza a interconexão entre seres humanos e natureza”.

A educação ambiental representa um instrumento essencial para a construção de uma sociedade mais consciente e comprometida com a preservação do meio ambiente. Seus conceitos e premissas básicas visam transcender a simples assimilação de informações,

direcionando esforços para a formação de cidadãos capazes de compreender, respeitar e atuar de maneira responsável em relação ao ambiente que os cerca. Sobre a educação ambiental crítica, Trein (2012, p. 307) afirma que:

Ler a realidade de forma crítica nos ajuda a explicitar as relações sociais mercantilizadas e alienantes que perpassam a forma hegemônica de organizar a sociedade. Por isso entendemos que incorporar a dimensão ambiental na educação é expressar o caráter político, social e histórico que configura a relação que os seres humanos estabelecem com a natureza mediada pelo trabalho. [...] Para além de invocarmos as diversas epistemologias, que embasam diferentes vertentes do que se convencionou chamar de campo da educação ambiental crítica, se faz necessário compreender [...] os diferentes efeitos sobre a reprodução social que cada uma dessas vertentes produz. Pois é parte do compromisso ético-político do pensamento crítico explicitar que a produção do conhecimento, enquanto produção social, não se separa de sua dimensão ideológica e de seu compromisso de classe.

Historicamente podemos observar que o desenvolvimento da educação ambiental crítica reflete uma evolução no paradigma educacional que emergiu em resposta aos desafios ambientais contemporâneos (Guimarães, 2018). Este enfoque, que se distancia da abordagem tradicional centrada na transmissão de informações, tem suas raízes consolidadas nas últimas décadas do século XX, como afirma John Bellamy Foster na obra “A Ecologia de Marx” (2000, p. 145): “A Educação Ambiental Crítica busca superar a visão tradicional da educação ambiental, focada apenas na conservação da natureza do século XX”.

O contexto pós-Revolução Industrial, caracterizado pelo rápido crescimento econômico e tecnológico, destacou a necessidade de repensar a relação entre sociedade e meio ambiente. Foi nesse cenário que começaram a surgir as bases da educação ambiental crítica, ganhando impulso na esteira dos movimentos ambientalistas que emergiram nas décadas de 1960 e 1970. Aliás, o rápido crescimento econômico e tecnológico pós-Revolução Industrial destacou a necessidade de reavaliar a relação entre sociedade e meio ambiente. Nesse contexto, surgiram as bases da educação ambiental crítica, impulsionada pelos movimentos ambientalistas destas décadas, ou seja, de 60 e 70, num só tempo (Leff, 2017; Loureiro *et al.*, 2019). Este período foi crucial para a consolidação da consciência sobre a importância de abordagens educativas mais críticas e engajadas diante dos desafios ambientais.

O termo educação ambiental crítica ganhou notoriedade à medida que as preocupações ambientais se aprofundavam. Sua consolidação como abordagem específica ocorreu em resposta à compreensão de que a simples conscientização não era suficiente para enfrentar as complexidades dos problemas ambientais, conforme Layrargues (2017, p. 328):

Diante dessa realidade, é importante que a educação ambiental crítica agregue à sua pauta educativa a luta pelo enfrentamento político da perda das institucionalidades ambientais, os conflitos e injustiças ambientais e o sucateamento dos órgãos ambientais, pensando em alternativas que evitem o seu retrocesso e considerando que as ações podem ir além da visão conservacionista e pragmática, ao investir em um diálogo mais crítico e anticapitalista, e que tenha um viés de transformação alinhado com a construção de sociedades sustentáveis.

A década de 1990 testemunhou um amadurecimento desses conceitos, com a ênfase na necessidade de uma educação que capacitasse os indivíduos a analisarem criticamente as estruturas sociais e econômicas subjacentes aos desafios ambientais. O reconhecimento da interconexão entre questões ambientais, justiça social e estruturas de poder impulsionou a educação ambiental crítica para além das discussões puramente ambientais. Ela passou a incorporar uma perspectiva mais ampla, que busca não apenas compreender as problemáticas, mas também desafiar as estruturas que perpetuam a degradação ambiental. O reconhecimento da interligação entre questões ambientais, justiça social e estruturas de poder levou a educação ambiental crítica a desafiar as estruturas que sustentam a degradação ambiental (Diegues, 2015; Guimarães, 2018). Por exemplo, ao abordar a poluição do ar em áreas urbanas, a educação ambiental crítica não se limita apenas a discutir os impactos ambientais, mas também explora as disparidades sociais na exposição a esses poluentes e questiona as decisões políticas que perpetuam tais desigualdades. No momento, a educação ambiental crítica representa um marco no entendimento contemporâneo da relação entre sociedade e meio ambiente. Ao propor uma abordagem que vai além da mera informação, ela visa desenvolver cidadãos capazes de questionar, refletir e agir de maneira consciente e transformadora diante dos desafios ambientais e sociais emergentes (Leff, 2017). Esta trajetória histórica da educação ambiental crítica destaca seu papel crucial na formação de uma consciência ambiental mais profunda e engajada.

Observa-se que a educação ambiental crítica tem um pensamento e ideais que se destacam por contribuir significativamente para o aumento da conscientização, para além de discussões sobre problemas como a degradação ambiental, a perda de biodiversidade e as mudanças climáticas. Nesse contexto, a conscientização ambiental surge como uma ferramenta fundamental dentro da educação ambiental crítica, possibilitando uma compreensão mais ampla das interações complexas entre os seres humanos e o meio ambiente. Ao disseminar informações e uma mudança no pensamento sobre os impactos das atividades humanas no ecossistema, essa abordagem educacional cria uma base sólida para a tomada de decisões informadas e a promoção de pensamentos mais críticos para a obtenção de atitudes sustentáveis.

Aliás, a conscientização ambiental, no contexto da educação ambiental crítica, não se limita apenas à divulgação de fatos e estatísticas. Ela engloba uma abordagem mais holística, incentivando uma reflexão crítica sobre o papel da sociedade na construção de um futuro mais sustentável. Esse processo conscientizador não apenas informa, mas também inspira ações individuais e coletivas, moldando atitudes e comportamentos em direção a práticas mais responsáveis em relação ao meio ambiente, e desempenha um papel essencial na formação de cidadãos comprometidos com o planeta. Ao reconhecer a relevância da conscientização ambiental na educação ambiental crítica, é possível fortalecer os alicerces necessários para enfrentar os desafios ambientais.

Para exemplificar, como solução para minimizar os impactos gerados pelo lixo, o discurso hegemônico sugere a reciclagem, ao invés de questionar o sistema de produção e a lógica de consumo responsável pelo lixo. Essa cultura é refletida no ambiente escolar, sendo que a maioria dos projetos de educação ambiental na escola que abordam o tema, visam apenas incentivar a coleta seletiva e a reciclagem. Contudo, segundo Layrargues (2005), isso expressa a alienação da realidade e cumpre apenas a função de gerar a sensação de que um comportamento ambientalmente correto – a reciclagem – contribuirá para a resolução de um problema social grave quando, na verdade, camufla a crítica ao consumismo e, além de tudo, reforça os mecanismos de concentração de renda. Com isso, mantém-se a ideia de reciclar para não reduzir o consumo. Afinal, a reciclagem representa, além da salvação da cultura do consumismo, a permanência da estratégia produtiva da descartabilidade e da obsolescência planejada, permitindo a manutenção do caráter expansionista do capitalismo. Ainda de acordo com Layrargues (2005), a reciclagem pode mesmo ser o traço de união entre produção e consumo, mas é também a alienação do consumismo como fator de degradação ambiental e engrenagem dos mecanismos sociais de acumulação de capital e concentração de renda. O ato de reciclar, atualmente, ainda significa muito pouco em relação à mudança ambiental, mas isso não quer dizer que a ideia da reciclagem deva ser abandonada; ao contrário, essa constatação evidencia o tamanho do desafio que temos pela frente. Os projetos de educação ambiental que abordam o tema “lixo” devem ir além do incentivo à coleta seletiva e à reciclagem, devendo discutir as causas da geração das enormes quantidades de lixo na nossa sociedade.

Existe grande similaridade entre as bases teóricas do marxismo e os princípios da educação ambiental crítica. De acordo com Loureiro (2005, p. 148):

Há um outro eixo revolucionário e emancipatório que pode ser realmente chamado de Educação transformadora ou crítica, em que a dialética forma e

conteúdo se realiza plenamente, de tal maneira que as alterações da atividade humana implicam em mudanças radicais individuais e coletivas, locais e globais, estruturais e conjunturais, econômicas e político-sociais, psicológicas e culturais; em que o sentido de revolucionar se concretiza como sendo a transformação integral do ser e das condições materiais e objetivas de existência.

Antes de tudo, é crucial destacar que, embora o marxismo tradicionalmente se concentre nas relações de produção e nas estruturas econômicas, sua análise das contradições inerentes ao capitalismo se alinha, de maneira surpreendente, com as preocupações centrais da educação ambiental. Ambos os campos reconhecem a interdependência entre o modo como a sociedade organiza sua produção e a forma como interage com o meio ambiente. A exploração desenfreada dos recursos naturais, evidente no sistema capitalista, emerge como uma convergência de interesses, dando origem a um terreno comum para abordagens mais integrativas, como explica Boaventura de Sousa Santos (2015, p. 123): “o Marxismo oferece uma perspectiva crítica para entender a exploração da natureza e a necessidade de uma Educação Ambiental Crítica”. Além disto, ambas as perspectivas compartilham uma atenção crítica às desigualdades sociais: enquanto o marxismo tradicionalmente enfoca as disparidades de classe, a educação ambiental, ao considerar as consequências ambientais do modo de produção, amplia esse escopo para incluir desigualdades socioambientais. Ambas as abordagens reconhecem que as comunidades mais vulneráveis muitas vezes suportam de maneira desproporcional os impactos negativos da exploração ambiental, consolidando uma convergência na análise das injustiças presentes nos sistemas sociais e econômicos.

Outro ponto de convergência crucial é a ênfase nas mudanças estruturais como forma de abordar questões prementes. Tanto o marxismo quanto a educação ambiental reconhecem a necessidade de transformações profundas nas estruturas econômicas, sociais e políticas para enfrentar de maneira eficaz as crises ambientais e as injustiças associadas. De acordo com Loureiro (2013a, p. 78), “a junção do Marxismo com a Educação Ambiental Crítica permite entender a relação entre exploração capitalista e degradação ambiental”. Essa convergência aponta para a compreensão de que uma abordagem verdadeiramente eficaz requer não apenas medidas superficiais, mas uma reconfiguração fundamental dos sistemas que perpetuam a exploração e a degradação ambiental. Portanto, ao considerar essas convergências, torna-se evidente que a interseção entre o marxismo e a educação ambiental crítica oferece uma base sólida para uma compreensão mais profunda e abrangente das questões contemporâneas. Essa síntese enriquecedora permite abordagens mais completas, incorporando a análise crítica das

estruturas sociais e econômicas à consciência ambiental, e promovendo assim uma visão integrada na busca por soluções equitativas.

Sob a concepção de mundo marxista, a relação estabelecida entre a sociedade e a natureza é intrínseca ao modo de produção capitalista, no qual a exploração dos recursos naturais é uma extensão da exploração da classe trabalhadora. Assim sendo, a educação ambiental não apenas se posiciona como uma ferramenta valiosa, mas assume um papel fundamental na desmistificação das contradições inerentes e nas consequências nefastas do modelo socioeconômico predominante, pois como afirma Foster (2005, p. 123), “o capitalismo é um sistema que se baseia na exploração dos recursos naturais e na destruição do meio ambiente”.

Ao desvelar as contradições presentes no atual modelo de produção capitalista, a educação ambiental propicia um questionamento fundamentado sobre os valores e as práticas sociais. Essa abordagem crítica não se limita a uma mera exposição dos problemas ambientais, mas busca desvendar as raízes estruturais que favorecem a exploração desmedida dos recursos naturais. Aliás, a compreensão crítica das relações sociais, proporcionada pela educação ambiental, devem ir além da identificação de problemas ambientais isolados e possibilitar que os indivíduos percebam como as estruturas econômicas e sociais influenciam diretamente as práticas que levam à degradação ambiental.

Ao conectar os pontos entre a exploração da natureza e a exploração de determinados grupos sociais, a educação ambiental contribui para a formação de uma consciência ambiental mais profunda e socialmente contextualizada. Assim, a educação ambiental não apenas oferece informações sobre os desafios ambientais, mas também capacita os indivíduos a compreenderem as implicações sociais dessas questões. Ao dotar as pessoas com uma visão crítica, ela se torna uma ferramenta essencial para a promoção de mudanças significativas, incentivando uma abordagem mais reflexiva e participativa na busca por soluções responsáveis. Assim, a educação ambiental sob um viés marxista propõe uma abordagem dinâmica e participativa, instigando a sociedade a não apenas compreender as interconexões entre as questões ambientais e sociais, mas também a se engajar ativamente na busca por soluções. Ao capacitar os indivíduos a desempenharem papéis ativos na transformação de suas realidades, essa abordagem fortalece a visão de uma sociedade mais equitativa e sustentável, onde a consciência crítica se traduz em ações concretas rumo a um futuro mais justo e ecologicamente responsável, enfatizando a necessidade de superar as estruturas socioeconômicas que contribuem para a exploração desenfreada dos recursos naturais.

A transformação social preconizada pela perspectiva marxista da educação ambiental implica, portanto, uma crítica às bases do sistema capitalista, que frequentemente prioriza o lucro em detrimento da preservação ambiental. Destaca-se a importância de instigar uma consciência crítica entre os indivíduos, fomentando uma compreensão mais profunda das relações sociais e econômicas que influenciam diretamente as práticas ambientais. Ao priorizar a ênfase na transformação social, a educação ambiental sob a perspectiva marxista busca não apenas conscientizar, mas também mobilizar os indivíduos para a adoção de práticas mais sustentáveis. A ênfase na mudança de valores e comportamentos visa, assim, criar uma base sólida para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa, onde a preservação do meio ambiente é considerada uma responsabilidade coletiva.

A integração das ideias marxistas na educação ambiental pode ser efetivamente explorada em sala de aula na Educação Básica, contribuindo para uma compreensão mais crítica das questões ambientais e estimulando a reflexão sobre a transformação social. Ao incorporar esses conceitos no projeto político-pedagógico é possível estabelecer premissas que orientem o desenvolvimento de atividades educativas alinhadas com os princípios marxistas, pois de acordo com Enrique Leff (2001, p. 170), “a sala de aula é um espaço para discutir as implicações sociais e ambientais do capitalismo e explorar alternativas mais sustentáveis”.

No projeto político-pedagógico é essencial estabelecer como premissa a necessidade de promover uma educação ambiental que vá além da mera transmissão de informações que não incluem críticas contundentes ao capitalismo, um sistema que promove a exploração desenfreada dos recursos naturais em prol do lucro. A compreensão marxista destaca que as dinâmicas do capitalismo necessariamente geram desigualdades socioeconômicas e incentivam práticas ambientais prejudiciais, pois priorizam a maximização dos ganhos econômicos em detrimento do meio ambiente. Vale observar que muitos trabalhos não passam da superfície da educação ambiental crítica dentro das escolas, como afirmam Oliveira *et al.* (2021, p. 559):

Quando analisamos os resultados de pesquisas do campo da Educação Ambiental, sobretudo da macrotendência da Educação Ambiental Crítica, há um crescente número de trabalhos que se intitulam críticos e que chegam a apontar para a crise do modo de produção capitalista. Entretanto, muitos trabalhos não conseguem ir além da superfície e suas análises ficam circunscritas a uma lógica causal com propostas quase sempre pragmáticas para o enfrentamento da crise ambiental. Isso fica bastante evidente, principalmente, nos trabalhos que analisam as práticas de Educação Ambiental nas escolas, onde ou as análises são pouco radicais ou as práticas são resumidas a plantio de hortas, reciclagem do lixo, etc.

A crítica ao capitalismo na educação ambiental, segundo a perspectiva marxista, vai além da simples identificação de problemas e busca analisar as raízes estruturais das questões ambientais. Isso implica questionar a lógica de acumulação de capital que muitas vezes ignora os limites finitos dos recursos naturais, resultando em impactos ambientais negativos, como a degradação do solo, a poluição e as mudanças climáticas. A compreensão crítica do capitalismo na educação ambiental permite que os educandos não apenas percebam as consequências ambientais das práticas econômicas, mas também compreendam como as relações sociais, políticas e econômicas estão intrinsecamente ligadas aos desafios ambientais contemporâneos. Ao fomentar essa consciência, a educação ambiental marxista busca capacitar os indivíduos a questionarem o *status quo* e a explorarem alternativas que promovam a justiça ambiental.

Uma compreensão crítica é essencial para promover uma consciência ambiental que vá além das soluções superficiais e abrace mudanças estruturais necessárias para alcançar a igualdade entre todos. A consciência de classes e desigualdades visada na educação ambiental encontra um respaldo substancial no marxismo, que coloca uma ênfase marcante na conscientização das classes sociais e que não pode ser vista como uma prática isolada, pois de acordo com Saviani (2008, p. 123) “a educação ambiental não pode ser vista como um conjunto de práticas isoladas, mas sim como um processo que busca transformar a relação entre o homem e a natureza, rompendo com a lógica do capital que subordina a natureza ao interesse econômico”. Sob a perspectiva marxista, a superação das divisões de classe é um elemento fundamental para promover uma abordagem mais equitativa e sustentável em relação às questões ambientais.

Em resumo, a participação popular na educação ambiental pela perspectiva marxista não apenas fortalece a conexão entre a comunidade e o meio ambiente, mas também serve como um campo de poder simbólico que terá como objetivo a transformação social. De acordo com Carvalho (2001, p. 61),

O campo ambiental, portanto, busca afirmar-se na esfera das relações conflituosas entre éticas e racionalidades que organizam a vida em sociedade, buscando influir numa certa direção sobre a maneira como a sociedade dispõe da natureza e produz determinadas condições ambientais. Assim, o campo ambiental se constitui necessariamente engajado na disputa pelo poder simbólico de nomear e atribuir sentido ao que seria a conduta humana desejável em um meio ambiente ideal.

Mesmo sendo o campo ambiental conflituoso, como afirma Carvalho (2001), uma visão marxista vai capacitar as comunidades a participarem ativamente na tomada de decisões

relacionadas ao meio ambiente e contribuirá para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e ecologicamente sustentável.

CAPÍTULO 2 – A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DE CAMPOS BELO/MG

Neste capítulo será apresentada a análise dos projetos político-pedagógicos das escolas estaduais do município de Campo Belo/MG. A opção por analisar apenas os projetos das escolas da rede estadual localizadas no município deveu-se à facilidade de acesso aos projetos e de obtenção de autorização pela direção das escolas para realizar a pesquisa em razão de o pesquisador atuar como docente na rede estadual. Foram analisados os projetos de 7 escolas estaduais, que serão nomeadas de Escola A, Escola B, e assim por diante até a Escola G.

A seguir serão apresentadas as análises referentes a cada um dos projetos das escolas participantes.

2.1 Escola A

Na Escola A, a inserção da educação ambiental nas atividades escolares é notadamente realizada por meio da comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, que ocorre no mês de junho. Recordamos que é uma forma pragmática de educação ambiental feita em datas especiais, como aponta Loureiro (2013b, p. 67): “o pragmatismo na educação ambiental se limita a celebrar datas comemorativas, sem questionar as estruturas sociais e econômicas que levam à degradação ambiental”. Contudo, não foram fornecidos detalhes sobre como essa iniciativa deve ser incorporada de maneira contínua e integrada às atividades escolares habituais nessa unidade de ensino.

A celebração do Dia Mundial do Meio Ambiente é uma tentativa de sensibilizar os estudantes sobre questões ambientais e promover a conscientização. Porém, a falta de

informações detalhadas sobre como a educação ambiental será efetivamente integrada ao cotidiano escolar pode limitar a extensão e a profundidade do impacto educacional desejado. Aliás, a ausência de esclarecimentos sobre como os princípios da educação ambiental serão abordados nas atividades escolares regulares pode gerar incertezas entre os membros da comunidade educacional. A transparência e a comunicação efetiva são aspectos fundamentais para o sucesso de iniciativas dessa natureza, permitindo que todos os envolvidos compreendam de maneira clara e abrangente o propósito, os métodos e os objetivos delineados para a promoção da educação ambiental ao longo do ano letivo.

Diante da necessidade de fortalecer a integração efetiva da educação ambiental no ambiente educacional da escola, torna-se evidente que o fornecimento de informações mais detalhadas sobre a incorporação consistente dessa prática nas atividades escolares habituais é não apenas desejável, mas crucial para o aprimoramento do processo educativo. Ao esclarecer de maneira mais específica como a educação ambiental será integrada de forma contínua, a instituição proporcionaria uma compreensão mais profunda e abrangente aos membros da comunidade escolar. Isso não apenas dissiparia possíveis incertezas, mas também estabeleceria uma base sólida para o entendimento dos métodos, temas e objetivos delineados para a promoção da conscientização ambiental ao longo do ano letivo.

A obtenção de um conhecimento mais detalhado sobre como os princípios da educação ambiental serão incorporados nas atividades escolares regulares resultaria em benefícios tangíveis. Esse conhecimento poderia fomentar engajamento efetivo por parte dos alunos, professores e demais membros da comunidade escolar às iniciativas de educação ambiental, uma vez que compreenderiam de maneira clara como contribuir para o desenvolvimento de uma mentalidade mais consciente e responsável em relação ao meio ambiente. Além de atender às expectativas legítimas da comunidade, esse esclarecimento contribuiria para uma integração mais sólida da educação ambiental na rotina diária da escola. Ao tornar a abordagem ambiental parte integrante do cotidiano educacional, a instituição estaria investindo não apenas na conscientização pontual, como a proposta na comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente, mas sim em uma transformação duradoura na mentalidade educacional, alinhada de forma consistente com as demandas ambientais contemporâneas. Portanto, a divulgação de informações detalhadas sobre a implementação da educação ambiental nas atividades escolares regulares não apenas atende a uma necessidade imediata de clareza, mas representa um passo significativo em direção à construção de uma cultura educacional comprometida com a sustentabilidade e a formação de cidadãos conscientes de sua responsabilidade ambiental.

Frente à situação exposta, torna-se imprescindível que a instituição não apenas identifique, mas compreenda profundamente a relevância de uma abordagem mais crítica e contínua da educação ambiental dentro do projeto político-pedagógico. A necessidade de esclarecimento não apenas satisfaz uma demanda imediata por clareza, mas transcende para uma esfera mais ampla, alinhada à construção de uma cultura educacional verdadeiramente crítica e contra hegemônica. A obtenção de informações mais detalhadas sobre como a educação ambiental poderia ser integrada de forma consistente ao cotidiano escolar não apenas dissiparia as incertezas imediatas, mas também estabeleceria as bases para um entendimento mais profundo e duradouro dos métodos, objetivos e valores associados à conscientização ambiental. Esse esclarecimento não deve ser percebido como uma mera resposta a uma demanda pontual, mas como um investimento estratégico na formação integral dos estudantes.

Ao adotar uma abordagem mais detalhada e contínua da educação ambiental crítica, a instituição não apenas responderia às expectativas da comunidade, mas também moldaria um ambiente educacional capaz de transcender a efemeridade de celebrações específicas, consolidando-se como parte intrínseca do currículo e da cultura escolar. Esse comprometimento contínuo tem o poder de preparar os alunos para enfrentar os desafios ambientais não apenas de maneira isolada, mas sim como uma parte essencial e integrada de seu percurso educacional. Aliás, a construção de uma cultura educacional mais sustentável implica não apenas na disseminação de conhecimentos sobre o meio ambiente, mas na incorporação prática desses princípios no dia a dia dos estudantes. Isso se traduz em ações, hábitos e atitudes cotidianas que refletem um compromisso duradouro com a preservação ambiental.

Isso acontecendo ao longo do percurso educacional, os alunos estariam mais bem equipados não apenas para compreender, mas para internalizar e aplicar os princípios da sustentabilidade em suas vidas, contribuindo efetivamente para a construção de um futuro mais consciente e ambientalmente responsável.

2.2 Escola B

Essa escola incorpora de maneira integral a educação ambiental em seu projeto político pedagógico, reconhecendo-a como um elemento essencial para despertar a consciência da comunidade escolar local em relação aos desafios ambientais resultantes das atividades humanas. A escola adota uma abordagem abrangente, integrando temas ambientais em diversas disciplinas e atividades educacionais. Isso permite que os alunos desenvolvam uma

compreensão crítica das interações entre as ações humanas e o meio ambiente, promovendo uma visão responsável e crítica do mundo. O comprometimento da escola com a educação ambiental reflete-se não apenas nas práticas em sala de aula, mas também em iniciativas dos projetos de tempo integral que ocorrem no turno extra. A escola busca proporcionar experiências práticas que incentivem o engajamento ativo dos alunos na resolução de problemas ambientais locais.

A abordagem abrangente da escola em relação à educação ambiental vai além da simples inclusão de temas ambientais no currículo regular. A instituição reconhece a importância de integrar esses conceitos em diversas disciplinas, enriquecendo o aprendizado dos alunos com uma compreensão interdisciplinar das questões ambientais. Isso implica não apenas as aulas de ciências ou geografia, mas também a incorporação de perspectivas ambientais em disciplinas como matemática, história e até mesmo artes, proporcionando uma visão crítica das interações entre as ações humanas e o meio ambiente. Por consequência, a visão crítica do mundo é cultivada não apenas por meio da teoria, mas também por meio de pensamentos contra hegemônicos que são colocados em prática. As iniciativas extracurriculares da escola são cuidadosamente planejadas para envolver os alunos em atividades que vão desde a criação e manutenção de áreas verdes na escola até a participação em projetos de preservação ambiental em parceria com organizações locais, e de acordo com Loureiro (2013, p. 142), “É fundamental que as escolas ofereçam iniciativas extracurriculares que envolvam os alunos em atividades de sustentabilidade e preservação ambiental, como a criação e manutenção de áreas verdes, projetos de reciclagem e parcerias com organizações locais, visando desenvolver uma consciência ambiental crítica e responsável”.

A escola incentiva a realização de projetos de pesquisa relacionados ao meio ambiente, oferecendo aos alunos a oportunidade de aprofundar seu conhecimento sobre questões específicas e desenvolver soluções inovadoras para desafios ambientais. Esses projetos não apenas contribuem para a formação acadêmica dos estudantes, mas também para a produção de conhecimento valioso que pode ser compartilhado com a comunidade e além. Além disso a escola se destaca por suas ações comunitárias voltadas para a educação ambiental. A escola não se restringe ao ambiente escolar, mas procura envolver a comunidade local em iniciativas que promovam a conscientização e a participação ativa na preservação ambiental, o que não apenas fortalece os laços entre a escola e a comunidade, mas também amplia o impacto positivo das práticas sustentáveis além dos muros da instituição. Como afirma Menezes (2010, p. 125),

A parceria entre escolas e comunidades locais é fundamental para promover práticas sustentáveis e fortalecer os laços entre a instituição e o entorno. Isso não apenas amplia o impacto positivo das ações sustentáveis, mas também contribui para a construção de uma cultura de responsabilidade ambiental e social mais ampla.

Em suma, a abordagem da escola para a educação ambiental transcende a sala de aula, abraçando uma visão crítica transformadora que permeia todas as facetas da vida acadêmica e além. Ao envolver os alunos em experiências práticas, promover projetos de pesquisa e estender suas ações para a comunidade, a escola não apenas educa, mas também inspira uma geração de cidadãos conscientes e comprometidos com a preservação do meio ambiente em escala local e global. Ao lado disso a escola, em sua proposta teórica, promove atividades que visam possibilitar aos estudantes a conscientização acerca de sua realidade global, das interações entre os seres humanos e a natureza, e de como tais relações impactam diretamente no processo de aprendizagem.

Dentre as iniciativas da escola, destacam-se as campanhas contínuas que são realizadas. Nessa perspectiva, a ênfase na manutenção de uma “escola limpa” reflete o compromisso da instituição com a criação de um ambiente propício ao aprendizado, onde os estudantes são instigados a compreender a importância da conservação do espaço coletivo. Além disso, as campanhas também abordam a questão do consumo consciente de água, visando sensibilizar os alunos para a escassez desse recurso vital e estimular práticas que promovam sua utilização de maneira racional e responsável.

O conceito de “desperdício zero” na alimentação é outra frente destacada nas ações da escola, sugerindo uma abordagem cuidadosa em relação aos hábitos alimentares. Essa iniciativa não apenas contribui para a formação de hábitos saudáveis, mas também ressalta a importância de se evitar o desperdício de alimentos, promovendo uma consciência sobre a sustentabilidade alimentar e suas implicações ambientais. Aliás, a abordagem da escola em relação ao conceito de “desperdício zero” na alimentação vai além do incentivo a hábitos saudáveis, abrangendo uma compreensão mais profunda das implicações ambientais associadas ao ciclo de produção e consumo de alimentos. A escola busca, assim, sensibilizar os estudantes para a complexa rede de processos que envolvem a produção alimentar, desde o cultivo até o descarte, e como cada etapa desse ciclo pode afetar o meio ambiente.

Ao promover a consciência sobre a sustentabilidade alimentar, a instituição destaca a importância de escolhas responsáveis não apenas para a saúde individual, mas também para a preservação dos recursos naturais. Os estudantes são incentivados a refletir sobre a pegada

ambiental associada a diferentes escolhas alimentares, considerando fatores como o uso de água, o emprego de insumos agrícolas e os impactos no ecossistema. A ênfase na redução do desperdício de alimentos não se limita apenas ao contexto individual, mas se estende ao entendimento de como práticas sustentáveis podem contribuir para mitigar problemas globais, como a fome e o desperdício generalizado de alimentos em níveis globais. Os alunos são estimulados a adotar estratégias práticas, como a utilização integral dos alimentos, o reaproveitamento de sobras e a valorização de métodos de produção que minimizem o descarte.

No projeto político-pedagógico, a escola estabelece uma abordagem abrangente da educação ambiental, que não se limita apenas à conscientização sobre questões globais, mas também se compromete com o reconhecimento e valorização dos saberes locais. Nessa perspectiva, a instituição busca identificar, valorizar e se apropriar dos conhecimentos tradicionais presentes em sua comunidade, integrando-os de maneira significativa às práticas educacionais. Além de fortalecer a identidade cultural, essa abordagem prepara os alunos para serem agentes de transformação em seu contexto imediato.

Ao compreenderem as particularidades ambientais de sua comunidade, os estudantes são capacitados a desenvolver soluções inovadoras e adaptadas às necessidades locais. Isso não apenas estimula o senso de responsabilidade ambiental, mas também promove um engajamento ativo na resolução de problemas específicos da região. Essa consciência ambiental ancorada na realidade local não apenas oferece uma compreensão mais profunda dos desafios ambientais, mas também fomenta um senso de pertencimento e cuidado pela comunidade, pois como afirma Carvalho (2006, p. 87), “Uma consciência ambiental enraizada na realidade local permite uma compreensão mais profunda dos problemas ambientais e fomenta um senso de pertencimento e responsabilidade pela comunidade, estimulando ações concretas para a proteção do meio ambiente”.

A escola, ao abraçar essa abordagem integradora, não apenas forma alunos informados sobre questões ambientais, mas molda cidadãos conscientes, conectados à sua cultura e preparados para liderar a transformação positiva em seu entorno. Essa sinergia entre saberes locais e consciência ambiental demonstra o compromisso da escola com uma educação que vai além das fronteiras da sala de aula, moldando o futuro de seus alunos como agentes de mudança e defensores de um ambiente sustentável. Portanto, a determinação da escola em integrar os saberes locais ao seu projeto político-pedagógico representa um passo significativo em direção a uma educação ambiental mais inclusiva e contextualizada. Ao reconhecer a importância desses conhecimentos, a escola promove uma abordagem enraizada na realidade de sua

comunidade, fortalecendo a conexão entre aprendizado, cultura local e ações práticas voltadas para a preservação ambiental.

Dentro do escopo de seu projeto político-pedagógico, a escola destaca uma atuação voltada para a potencialização de ações de preservação do meio ambiente e desenvolvimento sustentável em parceria com a comunidade. A instituição reconhece a importância de uma abordagem holística que não se restrinja ao ambiente escolar, mas que se estenda aos lares dos alunos e ao entorno da escola, como explicado por Loureiro (2013) na sua obra “Educação Ambiental Crítica”, na qual ele afirma que “uma educação ambiental eficaz requer uma abordagem holística que transcenda os muros da escola, envolvendo as famílias, a comunidade e o entorno, para promover uma cultura de sustentabilidade e responsabilidade ambiental” (Loureiro, 2013, p. 93).

No âmbito da busca por uma efetiva contribuição para a promoção da conscientização ambiental a escola não se limita a uma postura passiva mas, ao contrário, empreende a realização de campanhas abrangentes com o intuito de envolver não somente os estudantes, mas estender esse engajamento às suas famílias e à comunidade local. Dessa forma, a escola não se posiciona apenas como uma beneficiária das ações externas, mas como uma parceira ativa na construção de uma comunidade ambientalmente consciente. Essa colaboração efetiva destaca a escola como uma instituição comprometida não apenas com seu ambiente imediato, mas também com a promoção de valores e práticas sustentáveis em uma escala mais ampla.

2.3 Escola C

O projeto político-pedagógico da Escola C menciona a realização de ações de educação ambiental no mês de junho, em celebração ao Dia Mundial do Meio Ambiente. O Dia Mundial do Meio Ambiente, estabelecido pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução de 15 de dezembro de 1972, teve sua origem na Conferência de Estocolmo, na Suécia. A referida conferência teve como tema central o “Ambiente Humano”, refletindo a crescente preocupação global com os impactos das atividades humanas no meio ambiente. Ao eleger o mês de junho como um período preferencial para a realização de ações de educação ambiental, a escola busca alinhar suas práticas educativas com uma agenda internacional que reconhece a necessidade de conscientização e ação coletiva para preservar o meio ambiente. A escolha dessa data específica se alia ao pragmatismo ambiental, conforme explicado por Freitas (2018, p. 123):

Escolher datas específicas para atividades ambientais pode ser visto como uma estratégia superficial, que não necessariamente reflete um compromisso genuíno com a educação ambiental. Em vez de promover uma mudança significativa, essa abordagem pode reforçar a ideia de que a responsabilidade ambiental é um tema isolado, e não uma prática integral.

A opção da escola de eleger o mês de junho como período preferencial para a prática da educação ambiental traz consigo diversas consequências e desafios, refletindo o comprometimento da instituição com a conscientização ambiental e ações coletivas. Ao concentrar esforços no mês de junho, a escola cria um momento específico para intensificar a conscientização ambiental entre os estudantes, proporcionando uma abordagem mais informativa e com um viés pragmático e tradicional. Para assegurar uma abordagem abrangente, é necessário integrar a educação ambiental de forma consistente no currículo escolar, indo além das atividades específicas no mês de junho. Isso demanda esforços coordenados entre diferentes disciplinas e professores. Conforme destaca Silva (2020, p. 210), “é essencial que a educação ambiental seja tratada de forma transversal e interdisciplinar, envolvendo professores e disciplinas, para promover uma compreensão mais ampla e profunda dos problemas ambientais”. A necessidade de integrar a educação ambiental de forma consistente ao currículo escolar, para assegurar uma abordagem mais abrangente, pode ser feita por meio da criação de um programa curricular interdisciplinar e transversal ao longo de todo o ano letivo, como explica Silva (2020) na citação anterior.

Uma abordagem integrada de educação ambiental exige esforços coordenados entre os professores das diversas disciplinas, visando criar uma experiência educacional mais crítica. Reuniões colaborativas entre os educadores para discutir estratégias, compartilhar recursos e alinhar objetivos pedagógicos seriam essenciais. Mesmo assim, o projeto da escola apresenta como ponto positivo o fato de apresentar uma proposta de conscientização, mesmo que com um viés pragmático, visando fomentar um engajamento ambiental. Porém, conforme apontado anteriormente, é necessário avançar no sentido de realizar um trabalho contínuo, durante todo o ano letivo, buscando outras abordagens e garantindo uma educação ambiental mais crítica dentro do seu projeto político-pedagógico.

2.4 Escola D

Na Escola D destaca-se a presença efetiva da educação ambiental, que vai além da mera referência ao Dia Mundial do Meio Ambiente. Nessa instituição, a abordagem prevê o desenvolvimento de ações e atitudes concretas voltadas à preservação do equilíbrio ecológico, incorporando-se de maneira planejada e integrada ao calendário escolar.

A escola busca enriquecer e aprimorar a programação das suas atividades atribuindo ao aspecto ambiental uma posição central e abrangente em todo o planejamento apresentado no projeto político-pedagógico. Essa postura não se limita a eventos isolados de conscientização, mas, de maneira mais abrangente, abraça a integração de práticas educativas sustentáveis ao longo de todo o ano letivo. No entanto, reconhece-se que a implementação completa dessa abordagem não se configura como uma meta simples e uniforme em todas as ocasiões, dada a complexidade e diversidade de contextos educacionais.

O projeto político-pedagógico da escola emerge como um instrumento orientador essencial para o desenvolvimento do trabalho pedagógico. Nele, a educação ambiental é incorporada de maneira estratégica, permeando as atividades escolares regulares e estabelecendo um vínculo consistente com os objetivos educacionais mais amplos, e de acordo com Carvalho (2006, p. 152), “Um projeto político-pedagógico que incorpore a educação ambiental de maneira estratégica, integrando-a às atividades escolares regulares e estabelecendo um vínculo consistente com os objetivos educacionais mais amplos, é fundamental para promover uma educação transformadora”.

Ao adotar essa abordagem, a instituição não apenas abraça a educação ambiental como um conjunto de práticas isoladas, mas a insere no cerne das práticas educativas diárias. Esse enfoque abrangente não apenas responde a demandas específicas, mas modela uma cultura escolar que valoriza e promove a consciência ambiental como um componente essencial do aprendizado. Dessa forma, as iniciativas se estendem para além de gestos simbólicos, alinhando-se a um compromisso duradouro com a formação de cidadãos conscientes e responsáveis em relação ao meio ambiente. A abordagem adotada pela escola vai além de atender apenas às demandas imediatas de educação ambiental; ela se destaca por seu papel fundamental na construção de uma consciência ecológica duradoura nos estudantes. Ao integrar a educação ambiental de uma forma crítica, sistemática e abrangente às atividades escolares, a instituição não se limita a cumprir um requisito educacional, ela se posiciona como um agente ativo e transformador na promoção de uma cultura de responsabilidade ambiental dentro da comunidade escolar. Aliás, a integração contínua da educação ambiental nas práticas pedagógicas diárias não apenas sensibiliza os estudantes para as questões ambientais, mas

também cria uma base sólida para a internalização de alguns valores ao longo do tempo. Ao expor os alunos ao tema de forma constante e consistente, a escola contribui para o desenvolvimento de uma mentalidade ecológica que transcende o ambiente escolar, influenciando as escolhas e comportamentos dos estudantes em suas vidas cotidianas.

Ao se posicionar como um agente ativo na promoção da sustentabilidade, a escola assume um papel de liderança na formação de uma comunidade escolar comprometida com a preservação do meio ambiente. Isso não se limita apenas ao corpo discente, mas envolve todos os membros da comunidade educacional, incluindo professores, funcionários e pais. Essa cultura de reponsabilidade ambiental vai além das paredes da escola, impactando positivamente a sociedade em que está inserida. Os estudantes, ao internalizarem os princípios da preservação ambiental, tornam-se agentes de mudança em suas comunidades locais, disseminando práticas e influenciando positivamente as gerações futuras. Portanto, a abordagem da escola transcende o simples cumprimento de normas educacionais, posicionando-se como um catalisador para a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e comprometidos com a construção de um futuro mais sustentável e equilibrado. No projeto político-pedagógico da escola, a educação ambiental é estrategicamente incorporada, em conformidade com o que defende Loureiro (2013, p. 162), para quem “o projeto político-pedagógico deve contemplar ações que promovam a sustentabilidade, como a criação de comitês de gestão ambiental e a implementação de práticas de conservação de recursos naturais”.

2.5 Escola E

Na Escola E, a implementação da educação ambiental se configura como uma medida integrada às atividades escolares, no entanto ela aparece com um viés tradicional ou pragmático.

A inserção da educação ambiental no contexto escolar é uma prática relevante, alinhada aos princípios de formação cidadã e conscientização ambiental. A escola reconhece a importância de promover a conscientização sobre questões ambientais entre os estudantes, contribuindo para o desenvolvimento de uma consciência crítica e responsável em relação ao meio ambiente, porém não informa como isso deve ser feito. Destaca-se, contudo, que a falta de informações detalhadas sobre como a educação ambiental será efetivamente incorporada nas atividades escolares pode gerar incertezas entre os membros da comunidade escolar. Conforme dito anteriormente, a transparência e a comunicação efetiva são elementos cruciais para o sucesso de iniciativas dessa natureza, pois permitem que todos os envolvidos compreendam o

propósito, os métodos e os objetivos delineados para a promoção da educação ambiental, o que torna imperativo o estabelecimento de um diálogo mais aberto e informativo com a comunidade educacional, bem como o detalhamento sobre como a educação ambiental deverá ser incorporada ao currículo ao longo do ano letivo.

Ao especificar uma abordagem a ser adotada, elucidando os temas que serão discutidos e delineando as estratégias pedagógicas a serem empregadas, a escola estará não apenas cumprindo um requisito de transparência, mas também proporcionando aos alunos, professores e demais membros da comunidade uma compreensão mais profunda e direcionada sobre os objetivos da educação ambiental. Essa clareza, por sua vez, desempenha um papel crucial no engajamento dos envolvidos, permitindo que compreendam a relevância e o propósito das atividades relacionadas à educação ambiental. Ao entender como os conceitos se relacionam com a prática social, os estudantes podem desenvolver uma apreciação mais significativa dos temas abordados, contribuindo para uma formação integral e consciente. Além disso, a participação efetiva da comunidade escolar é facilitada quando há uma compreensão mais aprofundada do planejamento pedagógico. Isso pode estimular o envolvimento ativo dos professores na preparação de materiais e métodos de ensino, bem como promover a participação engajada dos estudantes em projetos e atividades relacionadas à educação ambiental.

Ao adotar uma abordagem transparente e informativa, a instituição não apenas atende às expectativas de seus membros, mas também cria um ambiente propício ao desenvolvimento de uma consciência ambiental mais sólida e à construção de uma comunidade escolar participativa e comprometida com a sustentabilidade. Aliás, a constatação da falta de detalhamento sobre a implementação da educação ambiental na escola revela um cenário que, se não corrigido, pode acarretar consequências significativas para a formação educacional dos estudantes e para a construção de uma mentalidade mais alinhada com as demandas ambientais atuais. A ausência de informações específicas sobre como a educação ambiental será integrada às atividades escolares gera incertezas entre os membros da comunidade educacional, prejudicando a efetividade dessa iniciativa, pois como afirma Carvalho (2006, p. 156), “um dos principais obstáculos para a implementação eficaz da educação ambiental é a falta de informações precisas e atualizadas sobre questões ambientais”.

A falta de clareza quanto aos métodos, temas e objetivos pode resultar em uma implementação inconsistente e pouco direcionada, comprometendo o alcance dos propósitos educacionais. Essa lacuna na comunicação também pode impactar negativamente o engajamento dos envolvidos, impedindo que alunos e professores compreendam plenamente a

relevância das atividades relacionadas à educação ambiental. A falta de compreensão prática sobre como os conceitos serão aplicados pode diminuir a apreciação pelos temas abordados, minando o potencial educativo dessas iniciativas. Além disto, a participação efetiva da comunidade escolar em projetos e atividades relacionadas à educação ambiental pode ser comprometida pela falta de informações detalhadas. O envolvimento ativo dos professores na preparação de materiais e métodos de ensino, assim como a participação engajada dos estudantes, dependem de uma compreensão mais profunda do planejamento pedagógico, algo que a falta de transparência pode prejudicar.

Frente a esse contexto, é imperativo que a instituição não apenas reconheça, mas compreenda profundamente as possíveis consequências decorrentes da lacuna informativa identificada na implementação da educação ambiental. Uma resposta proativa se torna não apenas desejável, mas essencial para mitigar os possíveis impactos negativos e potencializar os benefícios educacionais almejados. A necessidade premente é a adoção de uma abordagem não apenas corretiva, mas também transparente e informativa. A instituição, ao compartilhar detalhes claros sobre a metodologia, os temas e as estratégias pedagógicas relacionadas à educação ambiental, não apenas atende às legítimas expectativas da comunidade escolar, mas estabelece as bases para um compromisso coletivo mais profundo e significativo com as questões ambientais. Uma tarefa complicada, mas essencial no momento.

Essa atitude não se limita a uma questão de conformidade; trata-se de um passo crucial para o desenvolvimento de uma consciência ambiental crítica sólida. Ao oferecer uma visão clara e abrangente sobre como os conceitos ambientais serão incorporados ao currículo, a instituição não apenas fornece informações, mas também nutre a compreensão profunda e a apreciação pelos desafios e oportunidades ambientais. A construção de uma mentalidade educacional mais comprometida com as demandas ambientais contemporâneas exige, portanto, uma mudança fundamental na abordagem pedagógica. A transparência nesse processo não só eleva a qualidade do diálogo entre a instituição, professores, alunos e demais membros da comunidade escolar, mas também cria um ambiente propício para o surgimento de soluções inovadoras e práticas críticas e socialmente corretas. Ao agir dessa maneira, a instituição não apenas cumpre uma exigência educacional, mas semeia as bases para a formação de cidadãos mais conscientes e responsáveis. Esses cidadãos, por sua vez, estarão mais bem equipados para enfrentar os desafios ambientais presentes e futuros, contribuindo de maneira ativa e informada para a construção de um futuro mais sustentável e equilibrado.

2.6 Escolas F e G

A leitura dos projetos revelou que duas instituições, a Escola F e a Escola G, não apresentam qualquer referência ou recomendação no que tange à educação ambiental, preservação ambiental ou meio ambiente. Surpreendentemente, nem mesmo o Dia do Meio Ambiente é mencionado em tais instituições. Esse fato suscita indagações sobre a abrangência curricular e a orientação pedagógica adotada por essas instituições em relação às temáticas ambientais. Em um contexto em que a educação ambiental se torna cada vez mais essencial para forjar cidadãos conscientes e responsáveis, a carência desses elementos nos projetos político-pedagógicos pode ser interpretada como uma deficiência notável que requer avaliação e ajustes. Sobre situações como essa Loureiro (2013b, p. 23) ressalta que “A falta de debate ambiental nas escolas é um reflexo da falta de prioridade dada à educação ambiental em nossa sociedade. Isso ocorre porque a educação ambiental é frequentemente vista como um assunto secundário, não essencial para a formação dos estudantes”.

Ao desconsiderar a integração da educação ambiental, as escolas podem inadvertidamente promover uma mentalidade alheia às questões ecológicas e sociais cruciais, o que, por sua vez, compromete a formação acadêmica e pessoal dos alunos, tornando-os menos preparados para assumirem um papel ativo na construção de um futuro mais ambientalmente correto. A ausência total de direcionamento para a educação ambiental nessas instituições é um ponto que merece atenção. A lacuna abrange não apenas a falta de diretrizes específicas para abordar temas cruciais como preservação e conservação ambiental, mas também negligencia a inclusão do Dia do Meio Ambiente em seus calendários educacionais, ainda que essa seja uma prática consolidada até mesmo nas perspectivas conservadoras. A omissão dessas temáticas nos projetos político-pedagógicos dessas escolas pode ter implicações significativas na formação dos alunos, privando-os de uma compreensão aprofundada e contextualizada sobre as questões ambientais. O Dia do Meio Ambiente, uma data internacionalmente reconhecida, é especialmente simbólico, e sua ausência nos projetos dessas instituições sugere uma desconexão em relação a eventos e celebrações globais voltadas à conscientização ambiental.

Por sua vez, é pertinente destacar que outras cinco escolas que tiveram seus projetos analisados demonstram um sinal positivo ao incorporar, mesmo que de maneira superficial, sob a perspectiva tradicional ou pragmática, a temática da educação ambiental em seus projetos político-pedagógicos. A presença do tema nos projetos revela um claro reconhecimento por parte dessas instituições educacionais da importância crescente da educação ambiental no

cenário atual. Ao incorporar esses elementos em seus projetos político-pedagógicos, as escolas indicam uma conscientização acerca da necessidade de desenvolver nos estudantes uma compreensão mais profunda das questões ambientais e de estimular a formação de uma consciência mais responsável em relação ao meio ambiente. Mesmo que essa inclusão seja caracterizada como superficial, ela proporciona uma base para a expansão e o aprofundamento dos conteúdos relacionados podendo ser discutida para chegar à educação ambiental crítica.

A abertura para a temática, atestada pela sua inclusão nos projetos, sugere um potencial para futuras implementações de atividades, projetos e iniciativas que promovam uma abordagem mais abrangente e aprofundada da educação ambiental no âmbito escolar. Além disso, a incorporação da educação ambiental nos projetos político-pedagógicos dessas escolas pode influenciar positivamente as práticas educativas cotidianas, possibilitando a integração de discussões sobre preservação ambiental e responsabilidade socioambiental em diversas disciplinas. A respeito dessa questão, Loureiro (2013b, p. 15) destaca que “a educação ambiental crítica deve ser pautada pela interdisciplinaridade, superando a fragmentação do conhecimento e buscando uma compreensão integrada da realidade”. Essa abordagem interdisciplinar pode enriquecer a experiência educacional dos alunos, proporcionando-lhes uma compreensão mais holística e conectada com as demandas globais por prática mais conscientes, expansão e aprofundamento desses conteúdos, proporcionando uma educação mais alinhada com as demandas contemporâneas e responsabilidade socioambiental.

De maneira geral, algumas consequências que a ausência de determinação objetiva na inclusão da educação ambiental nos projetos político-pedagógicos das escolas F e G pode acarretar são: (1) a falta de conscientização entre os alunos sobre questões ambientais críticas, como mudanças climáticas, conservação de recursos naturais e poluição. Isso limita a capacidade dos estudantes de compreenderem a importância da preservação ambiental, como ressaltado por Loureiro (2013, p. 129): “a ausência de educação ambiental nos currículos escolares limita a capacidade dos estudantes de compreenderem a importância da preservação ambiental e de desenvolverem habilidades para lidar com questões ambientais complexas”; (2) a educação ambiental não apenas aborda questões ecológicas, mas também promove a compreensão das interconexões entre os sistemas naturais e sociais, assim sendo, a falta de uma abordagem específica na escola pode privar os alunos de valiosas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento de habilidades críticas, como afirma Leff (2001, p. 223): “A falta de educação ambiental pode limitar a capacidade dos estudantes de compreender as implicações sociais e ambientais de suas ações, e de desenvolver soluções inovadoras para problemas

complexos”; (3) a educação ambiental desempenha um papel crucial na formação de cidadãos responsáveis e críticos, desse modo a ausência dessa abordagem pode resultar em cidadãos menos propensos a adotar práticas sustentáveis e a participar ativamente na resolução de problemas ambientais, como apontado por Silva (2020, p. 251): “A educação ambiental é fundamental para desenvolver cidadãos críticos e conscientes, capazes de participar ativamente na resolução de problemas ambientais”.

2.7 Considerações gerais

A ausência de conscientização ambiental nas escolas pesquisadas representa um desafio significativo que impacta diretamente a formação dos estudantes. A falta de tratamento dessa temática pode resultar em uma lacuna no entendimento dos alunos sobre questões ambientais críticas. A conscientização ambiental desempenha um papel crucial na formação de cidadãos responsáveis e engajados, capazes de compreender a interconexão entre as ações humanas e o meio ambiente. Sem a incorporação adequada desses temas nos projetos político-pedagógicos, os alunos podem se ver privados da oportunidade de desenvolver uma consciência ambiental sólida, essencial para lidar com os desafios ambientais contemporâneos. Aliás, a compreensão limitada da importância da preservação ambiental pode resultar em práticas inadequadas por parte dos estudantes, contribuindo para a degradação ambiental local.

A ausência de conscientização ambiental não apenas cria uma desconexão dos alunos em relação aos desafios ambientais globais, mas também representa uma séria limitação para a formação de cidadãos globalmente conscientes e engajados. A complexidade e interconexão dos problemas como a crise climática, a perda de biodiversidade e a degradação ambiental demandam uma compreensão abrangente e uma resposta coletiva, elementos essenciais para a promoção da sustentabilidade em escala global. A crise climática, caracterizada por eventos climáticos extremos, aumento das temperaturas globais e mudanças nos padrões climáticos, é um fenômeno que transcende fronteiras nacionais. A perda de biodiversidade e a degradação ambiental também são fenômenos que não conhecem fronteiras, impactando ecossistemas em diferentes partes do mundo. A compreensão desses desafios como questões interligadas é fundamental para uma abordagem eficaz e abrangente.

Sem uma base sólida de conscientização ambiental, os estudantes podem se tornar menos propensos a se envolverem ativamente na resolução desses problemas globais. A falta de compreensão sobre a urgência e a gravidade dessas questões pode resultar em uma apatia em

relação às ações individuais e coletivas necessárias para enfrentar esses desafios. O envolvimento ativo dos cidadãos é essencial para influenciar políticas, pressionar por mudanças e adotar práticas sustentáveis em escala global. Portanto, a urgência de abordar a falta de conscientização ambiental nas escolas pesquisadas não apenas ressalta a necessidade de integrar a educação ambiental nos projetos político-pedagógicos, mas também destaca o papel essencial que uma abordagem marxista poderia desempenhar na formação de indivíduos conscientes, responsáveis e capazes de enfrentar os desafios ambientais em constante evolução, pois como afirma Lowy (2005, p. 187), “A educação ambiental marxista busca desenvolver uma consciência crítica sobre as relações entre o capitalismo e a degradação ambiental, promovendo uma sociedade mais sustentável e justa”.

O investimento na conscientização ambiental crítica marxista é, portanto, um investimento no desenvolvimento de cidadãos preparados para promover uma consciência crítica que se proponha a superar o capitalismo visando preservar o meio ambiente para as gerações futuras. A ausência de uma abordagem específica de educação ambiental nas escolas pesquisadas não apenas representa uma lacuna no entendimento das questões de meio ambiente, mas também acarreta a perda de oportunidades significativas de aprendizado. A educação ambiental vai além de simplesmente abordar temas relacionados ao meio ambiente, ela desafia os alunos a compreenderem as complexas interconexões entre os sistemas naturais e sociais, proporcionando uma visão mais abrangente e integrada do mundo ao seu redor.

Ao negligenciar a inclusão da educação ambiental nos projetos político-pedagógicos, as escolas podem privar os alunos de valiosas oportunidades de aprendizado. Essas oportunidades vão desde o entendimento das dinâmicas dos ecossistemas até a apreciação das influências sociais e econômicas nas questões ambientais. A interdisciplinaridade inerente à educação ambiental permite a integração de conhecimentos de diversas áreas, promovendo um entendimento holístico das complexas relações entre a sociedade e o meio ambiente. Aliás, a falta de uma abordagem específica também implica na perda de oportunidades para o desenvolvimento de habilidades críticas entre os alunos. A educação ambiental não apenas busca transmitir informações, mas também fomenta habilidades como pensamento crítico, resolução de problemas e tomada de decisões.

Investir na inclusão da educação ambiental nos currículos escolares é investir não apenas no conhecimento ambiental, mas também no crescimento intelectual e na formação de cidadãos preparados para um futuro ambientalmente saudável. A ausência de educação ambiental nas escolas pesquisadas reflete uma preocupante desconexão dos estudantes com desafios globais

prementes, como a crise climática e a perda de biodiversidade (Leff, 2001, p. 259). Essa lacuna na abordagem educacional não apenas limita a compreensão dos alunos sobre questões ambientais cruciais, mas também os deixa menos preparados para enfrentar os problemas que se tornam cada vez mais urgentes em escala global.

A crise climática e a perda de biodiversidade representam desafios complexos e interconectados que demandam uma compreensão aprofundada e uma resposta coletiva. A falta de educação ambiental não apenas impacta o entendimento sobre as questões ecológicas, mas também tem implicações diretas no gerenciamento eficiente dos recursos naturais. O desperdício de recursos, seja de água, energia ou materiais, emerge como uma ramificação significativa dessa ausência de conscientização ambiental. Sem uma compreensão clara da importância da conservação e do uso eficiente dos recursos naturais, a comunidade pode inadvertidamente contribuir para a escassez e exercer pressão adicional sobre os ecossistemas locais. Ao proporcionar uma compreensão abrangente das implicações ambientais das ações cotidianas, as escolas podem moldar uma consciência coletiva que promove práticas mais sustentáveis. Essa consciência não apenas beneficia o meio ambiente local, mas também influencia positivamente o comportamento da comunidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais responsável e engajada na preservação do ambiente em que está inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta pesquisa, constatou-se que a integração da educação ambiental nos projetos político-pedagógicos das escolas estaduais de Campo Belo/MG ainda é bastante incipiente, e quando está presente acontece sob um viés conservador ou pragmático. A partir disso, recomenda-se que as comunidades escolares rediscutam o tema na revisão dos seus projetos político-pedagógicos, buscando avançar no sentido da adoção de abordagens críticas que estimulem nos estudantes a reflexão aprofundada sobre os problemas ambientais que a humanidade deve enfrentar, pois do contrário sua própria existência estará ameaçada. Para isso, é importante que as escolas invistam na formação continuada de suas equipes gestoras e do seu corpo docente, buscando oferecer cursos e recursos atualizados e alinhados aos princípios da Educação Ambiental Crítica, em parceria com as universidades e outras instituições que atuam na área. Como pesquisador, coloco-me à disposição das escolas para iniciar esse trabalho. Além disso, mostra-se necessária a realização de pesquisas que revelem o que de fato ocorre nas escolas, nas práticas pedagógicas, indo além do que dizem os projetos político-pedagógicos, que muitas vezes contemplam alguns temas visando apenas atender à legislação educacional, sem que o escrito seja refletido na prática.

Para finalizar, a adequação dos projetos político-pedagógicos e a discussão sobre a educação ambiental crítica e contra hegemônica nas escolas de Campo Belo/MG se fazem necessárias para a construção de uma educação ambiental mais eficaz, significativa e relevante. Ao implementar de maneira consistente as diretrizes curriculares locais e nacionais, avançando no sentido de adotar referenciais críticos que articulem a temática ambiental a uma compreensão crítica e abrangente da relação entre sociedade e natureza, as escolas não apenas prepararão os estudantes para os desafios ambientais contemporâneos, mas também os capacitarão a se tornarem agentes de mudança em prol de uma sociedade mais justa, igualitária e verdadeiramente sustentável.

REFERÊNCIAS

Alves, R.; Ferreira, L. **Educação Ambiental: Teoria e Prática**. São Paulo: Editora Moderna, 2020.

Andrade, D. F. Implementação da Educação Ambiental em escolas: uma reflexão. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 4., out./nov./dez. 2000.

Branco, S. **Educação Ambiental: metodologia e prática de ensino**. Rio de Janeiro: Dunya, 2003.

Brasil. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Geografia**. Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Meio Ambiente e Saúde. Apresentação dos Temas Transversais**, v. 9, Secretaria de Educação Fundamental, Brasília: MEC/SEF, 1997.

Carvalho, I C. M. **A Invenção Ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil**. Porto Alegre: EdUFRGS, 2001.

_____. **Educação Ambiental Crítica: Uma Abordagem Integral**. São Paulo: Gaia, 2006.

Crespo, S. Educar para a sustentabilidade: a educação ambiental no programa da Agenda 21. In: Noal, F. O.; Reigota, M.; Barcelos, V. H. L. (org.). **Tendências da Educação Ambiental Brasileira**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998. p. 211-225.

Currie, K. L. **Meio ambiente e interdisciplinaridade na prática**. Campinas: Papirus, 1998.

Dias, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 9 ed. São Paulo: Gaia, 2004.

Diegues, A. C. **Educação Ambiental Crítica**. São Paulo: Editora Hucitec, 2015.

Feitosa, A. K.; Silva, C. M. da; Silva, J. L. da. Educação Ambiental na percepção de professores em uma escola de ensino fundamental no município de Iguatu, CE. 2010. **Revista educação Ambiental em Ação**, n. 56, ano XV, jun./ago., 2016.

Foster, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

Freitas, M. A. **Educação Ambiental Crítica: Desafios e Perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2018.

Guedes, J. C. S. **Educação Ambiental nas escolas de ensino fundamental: estudo de caso**. Garanhuns: Ed. do autor, 2006.

Guimarães, M. **Educação Ambiental Crítica: Nomadismo e Saberes Nômades**. Campinas: Editora Papirus, 2018.

Layrargues, P. P. Antiecológismo no Brasil: reflexões ecológicas sobre o modelo de desenvolvimentismo-extrativista-predatório e a desregulação ambiental pública. In: Oliveira, M. M. D.; Mendes, M.; Hansel, C. M.; Damiani, S. (org.). **Cidadania, Meio Ambiente e Sustentabilidade**. Caxias do Sul: EDUCS, 2017. p. 325-356.

_____. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: Loureiro, C. F. B.; Layrargues, P. P.; Castro, R. S. **Educação Ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005, p. 179-219.

Leff, E. S. **Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

_____. **Ecologia política: da desconstrução do capital à territorialização da vida**. Campinas: Editora da Unicamp, 2021.

Loureiro, C. F. B. Educação Ambiental Transformadora. In: Layrargues, P. P. (coord.). **Identidades da educação ambiental brasileira**. Brasília: MMA, 2004. p. 67-84.

_____. Complexidade e dialética: contribuições à práxis política e emancipatória em educação ambiental. **Educação & Sociedade**, 2005, v. 26, n. 93, p. 1473-1494.

_____. **Educação Ambiental Crítica: uma leitura marxista**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. **Educação Ambiental Transformadora**. São Paulo: Editora Cortez, 2019.

Lowy, M. **Ecosocialismo: A Alternativa Radical à Catástrofe Ecológica**. São Paulo: Cortez, 2005.

Menezes, L. M. **Educação ambiental: uma abordagem crítica**. São Paulo: Cortez, 2010.

Minini, M. **Educação ambiental: conceitos e práticas**. São Paulo: Ática, 2000.

Oliveira, A. C. B. de; Kaplan, L.; Dawidman, L. do N. Por uma educação ambiental críticamarxista: pressupostos teórico-metodológicos e implicações políticas no embate com as correntes pós-modernas. **Germinal: marxismo e educação em debate**, 2021, v. 13, n. 2, p. 550574.

Oliveira, M. M. D.; Mendes, M.; Hansel, C. M.; Diamini, S. **Cidadania, meio ambiente e sustentabilidade**. Caxias do Sul, RS: Educus, 2017.

Santos, B. S. **A Globalização e as Ciências Sociais**. São Paulo: Cortez, 2002.

_____. **Ecologia política e educação ambiental**. São Paulo: Cortez, 2015.

Sauvé, L. **Educação Ambiental: Possibilidades e Limitações**. São Paulo: Editora Artmed, 2016.

Saviani, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 9 ed. Campinas: Autores Associados, 2005.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

Silva, D. A. O desenvolvimento mundial da ideia de Educação Ambiental. **Revista Educação Pública**, 2014, n. 39, v. 14, s.p.

Silva, S. M. **Educação Ambiental: Uma Análise Crítica**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2020.

Soglio, F. D.; Kubo, R. R. **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

Tozoni-Reis, M. F. C. **Educação Ambiental: natureza, razão e história**. Campinas: Autores Associados, 2011.

Trein, E. S. Educação ambiental crítica: crítica de que? **Revista Contemporânea de Educação**. 2012, v. 7, n. 14, p. 295-308.

Veiga, I. P. A. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14. ed. São Paulo: Papirus, 2002.

Vormittag, E. M. P. A. A; Cirqueira, S. R. R.; Neto, H. W.; Saldiva; P. H. N. Análise do monitoramento da qualidade do ar no Brasil. **Estudos Avançados**, 2021, v. 35, n. 102, p. 7-30.